

A Visão das Educadoras Sobre a Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais na Rede Regular de Ensino do Município do Rio de Janeiro.

Teacher's Perspective about Including Special Needs Students Into Regular Classes In Rio de Janeiro

Alzira Maira Perestrello Brando e
Leila Regina d'Oliveira de Paula Nunes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Endereço para correspondência
Alzira Brando
Rua Arnaldo Quintela 10/202 - Botafogo
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22280-070.
Telefone : 2542-6088
E-mail : alzira_brando@yahoo.com.br

Resumo

A presente pesquisa visou analisar a percepção das educadoras relativa à inclusão de pessoas com necessidades especiais na Rede de Ensino do Município do Rio de Janeiro. Foi realizada em uma escola municipal, situada no bairro de Botafogo, Zona Sul do referido município. Utilizou como metodologia, coleta de dados através de um questionário e uma entrevista semi-estruturada. Participaram da pesquisa dez educadoras com idades entre 25 e 52 anos. A análise mostrou que a maioria das educadoras têm conhecimento do processo de inclusão e da legislação que o respalda. Porém, algumas confundiram os termos Integração e Inclusão. Em geral, os alunos especiais não conseguem acompanhar as turmas regulares, pois faltam recursos alternativos que viabilizem processo de ensino-aprendizagem dos mesmos. As professoras das classes especiais realizam um trabalho partindo do interesse e do cotidiano dos educandos e fazem adaptações em termos de materiais pedagógicos e em relação ao conteúdo. As educadoras enfatizaram que não tiveram, em sua formação inicial, disciplinas que abordassem questões relativas às pessoas com necessidades educacionais especiais. Apontaram como entraves à inclusão: falta de interação

família/escola, falta de materiais como um computador, ausência de profissionais de apoio e de uma sala de recursos dentro da unidade escolar. A instituição trata a classe especial como uma das modalidades especificamente de responsabilidade da educação especial e apresenta o reconhecimento e a importância de se trabalhar com a diversidade, de uma forma real, dentro da perspectiva da educação para todos no Projeto Político Pedagógico da escola.

Palavras-chave : Inclusão, educação, indivíduos especiais

Introdução

Nas últimas décadas, tem-se discutido muito, no meio educacional, sobre a inclusão dos indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino.

As escolas regulares estavam acostumadas a receber aquele aluno “ideal”, que não precisava de adaptações ou recursos alternativos para viabilizar o processo de ensino-aprendizagem. Tal indivíduo era considerado “normal” ou “ideal” porque acompanhava e era capaz de atingir as propostas curriculares. Aquele que não conseguisse alcançar os objetivos era culpabilizado pelo seu próprio fracasso. Todavia, havia uma parcela da população que continuava fora dos muros das instituições educacionais.

Este grupo de indivíduos era denominado como pessoas excepcionais. Tais pessoas eram consideradas como seres ineducáveis, incapazes de serem inseridos no meio educacional formal convencional. Elas viviam segregadas de qualquer tipo de atividade da comunidade. Neste sentido, Glat e Fernandes (prelo, s/d) mencionam que os excepcionais, os desviantes, eram vistos como doentes. Nesta perspectiva, a Educação Especial iniciou-se a partir do modelo médico ou clínico.

Esse enfoque na patologia desses indivíduos pode ser compreendido quando Mendes (2002) menciona que os médicos pedagogos foram os primeiros a acreditar

na educabilidade das pessoas excepcionais. A educação para os indivíduos nasce baseada no ensino especial, em seu aspecto pedagógico ou metodológico, em uma sociedade onde a educação formal era direito de poucos.

Aos poucos, a sociedade foi percebendo que estes indivíduos tinham possibilidades de serem educados dentro de uma instituição. Foram criadas as escolas especiais destinadas a educabilidade de indivíduos com algum tipo de deficiência.

Na década de 80 do século passado, as pessoas foram integradas na rede regular de ensino. Este momento foi denominado como Paradigma da Integração.

No Paradigma da Integração, o aluno excepcional tinha que se adaptar ao sistema educacional. Neste sentido, a escola não modificava suas estruturas comportamentais, espaciais, curriculares e avaliativas para receber aquele indivíduo que fugia dos padrões considerados normais. Mas muitas dessas pessoas acabavam evadindo da sala de aula, pois não conseguiam se “moldar” ao sistema educacional.

Mantoan (conforme citado por Santos, 1998) afirma que os termos integração e inclusão têm origem no princípio da normalização. O sistema de integração é organizado por uma corrente principal cujo objetivo é proporcionar ao aluno um ambiente menos restritivo possível. Mrech (conforme citado por Santos, 1998) aponta a diferença entre o princípio da normalização e o da inclusão. O primeiro diz respeito à colocação seletiva do portador de necessidades educativas especiais em classes regulares. E o segundo visa estender ao máximo a capacidade da criança portadora de deficiência permanecer na escola, na classe regular, necessitando de um permanente suporte dos profissionais da área de educação especial, por se tratar de um processo constante que exige observações e avaliações contínuas para que sejam revistos métodos e procedimentos conforme o necessário.

Nesta perspectiva, a integração do aluno só era possível se o mesmo fosse capaz de se adaptar a classe comum, sem modificação no sistema educacional. No

Paradigma da Integração, o estudante que não conseguisse se adaptar ou acompanhar os demais era excluído. Por esse viés, o problema estava centrado na criança ou no adolescente, sem questionar o funcionamento, a estrutura e as ações da comunidade escolar.

Devido ao alto índice de evasão e de repetência escolar, na década de 90, aconteceram dois encontros mundiais que deram origem a *Declaração Universal de Educação para Todos* e a *Declaração de Salamanca*.

Tais Declarações propunham um sistema educacional mais democrático, que fosse capaz de educar a todos, inclusive os indivíduos com deficiência, com qualidade. Neste momento nasce o Paradigma da Inclusão e começa a ampliar o grupo de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Na perspectiva da Inclusão, a escola deve atender as especificidades de cada educando, visando um sucesso educacional do mesmo, tendo em vista as suas reais possibilidades.

Segundo Amaral (2003), a educação inclusiva propõe que todos os indivíduos com necessidades especiais ingressem na rede regular de ensino, calcada no princípio da educação para todos.

Bueno (1999) menciona que incluir não é apenas colocar a pessoa especial dentro de uma classe regular, é sobretudo considerar a diversidade e conseguir dar conta das especificidades culturais, étnicas, religiosas, entre outras. Incluir é a forma mais elevada de democratizar o sistema educacional, dando a oportunidade para aquele que por algum motivo estão fora da escola.

Objetivo e Justificativa

Neste sentido, cabe analisar a percepção dos educadores sobre o processo de inclusão de indivíduos com necessidades especiais na rede regular de ensino. Nesta

perspectiva, é importante saber os fatores que viabilizam a inclusão e os que impedem a concretização da mesma.

Todavia, é necessário investigar como as educadoras estão lidando com a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais no que se refere a sua capacitação inicial, as adaptações que viabilizem a educabilidade desses indivíduos e como o Projeto Político Pedagógico da escola lida com a diversidade. Outros aspectos que merecem destaque no que se refere aos alunos incluídos são:

- a) como é o desempenho acadêmico dos mesmos;
- b) como é sua interação com os colegas e com a professora
- c) que tipo de atividades eles desenvolvem junto com os seus pares.

Método

Participantes

Participaram desta pesquisa dez educadoras com idades entre 25 e 52 anos. Apenas duas destas não atuam em sala de aula. Das outras oito professoras, duas trabalham em classes especiais e uma na sala de leitura, atendendo todas as turmas da escola. Seis delas exercem a docência nos anos iniciais do ensino fundamental.

Local

O presente estudo foi realizado em uma escola municipal, localizada no bairro de Botafogo na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Procedimentos

A investigadora perguntou quem desejava participar desse estudo. Cada participante recebeu uma carta de autorização, onde a pesquisadora informava

os objetivos do seu trabalho e se comprometia em manter em sigilo a identidade da escola e dos educadores.

A coleta de dados foi dividida em dois momentos : no primeiro, a educadora respondia a um questionário e; no segundo era realizada uma entrevista, semi-estrutura, com cada educadora. O questionário visou traçar o perfil geral dos participantes. E a entrevista objetivou analisar a percepção das educadoras sobre o processo de inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino.

Todas as entrevistas foram gravadas com a permissão das professoras. As entrevistas oscilaram de dez a setenta e cinco minutos.

As dez entrevistas foram transcritas no intuito de facilitar a análise dos dados.

Ao analisar as falas das professoras, com cuidado e de forma minuciosa, a pesquisadora notou uma freqüência muito grande em relação a alguns temas. Os mesmos temas apareciam em diversos momentos dos depoimentos das educadoras.

Através dos temas mais freqüentes entre as participantes, a investigadora transformou os mesmos em categorias. A criação de uma categoria surgiu quando três ou mais educadoras traziam os mesmos assuntos.

Resultados Preliminares e Discussão

A partir da análise dos dados surgiram as seguintes categorias:

- ✓ Definição de Inclusão
- ✓ Número e Condição do Indivíduo Especial
- ✓ Interação entre os Alunos
- ✓ Interação entre Professor e Aluno

- ✓ Desempenho Acadêmico
- ✓ Estratégias e Adaptações Para o Trabalho Pedagógico
- ✓ Fatores que Facilitam a Inclusão/Integração
- ✓ Fatores que Dificultam a Inclusão/Integração
- ✓ Conhecimento do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola
- ✓ Críticas ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola

A maioria das educadoras demonstrou ter conhecimento do processo de inclusão e da legislação que respalda o mesmo. Apenas uma confundiu os termos Integração e Inclusão, ressaltando que a escola está preparada para receber todos os alunos. Quase todas já tiveram ou têm alunos incluídos em suas salas de aula. Elas percebem que a socialização dos mesmos com os demais educandos é muito boa. Mas, em alguns casos, essa relação fica prejudicada devido ao comprometimento desses indivíduos como, por exemplo, pessoas portadores de um transtorno no desenvolvimento. Em geral, os alunos especiais não conseguem acompanhar as turmas regulares, pois faltam recursos alternativos que viabilizem o processo de ensino-aprendizagem dos mesmos. As professoras das classes especiais realizam um trabalho partindo do interesse e do cotidiano dos educandos. Tais educadoras fazem adaptações em termos de materiais pedagógicos e em relação ao conteúdo.

As educadoras mencionaram que se sentem despreparadas para atender, de forma adequada, essa clientela. Elas enfatizaram que não tiveram, em sua formação inicial, disciplinas que abordassem questões relativas aos portadores de necessidades educacionais especiais. Também citaram como fatores que dificultam a inclusão: a família, a falta de materiais como um computador, a ausência de profissionais de apoio e de uma sala de recursos dentro da unidade escolar. Outros fatores que facilitam ou dificultam a inclusão estão sendo investigados, tais como: a percepção da família,

profissionais da educação e da saúde sobre os indivíduos especiais, a função da Educação especial, a condição e o número de alunos especiais por turma e adaptações e estratégias que propiciem um processo de ensino-aprendizagem mais eficaz com todos os educandos nas turmas regulares.

No entanto, percebeu-se que a instituição trata a classe especial como uma das modalidades da educação especial. O Projeto Político Pedagógico da escola, também apontado pelas professoras, reconhece a importância de se trabalhar com a diversidade, de uma forma real, dentro da perspectiva da educação inclusiva e que todos da comunidade escolar possam participar da elaboração do mesmo que, no contexto atual, torna-se inviável por falta de tempo entre outros motivos.

Neste sentido, a educação inclusiva pressupõe que todos tenham acesso e a oportunidade de permanecer na escola em iguais condições, respeitando as especificidades de cada indivíduo.

Referências Bibliográficas :

Amaral, D.P.. Paradigmas da Inclusão Uma Introdução. Em: F. P.Nunes Sobrinho (Org.) (2003). Inclusão educacional pesquisa e interfaces (pp. 11-20).Rio de Janeiro: Livre Expressão.

Bueno, J.G.S.(1999). Crianças com Necessidades educativas especiais, Política Educacional e a Formação de Professores : Generalista ou Especialista? Revista Brasileira de Educação Especial, 3, (5), 7-25.

Glat, F. e Fernandes, E.M (s/d). .Da educação segregada à educação inclusiva : Uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. Manuscrito. Não Publicado.

Mendes, E. G. (2002) Perspectiva Para a Construção de uma Escola Inclusiva no Brasil. Em M. S. Palhares, e S. Marina, (Orgs). Escola Inclusiva (pp.61-85). São Carlos :DUFSCAR.

Santos, B.F.C. (1998). Escola Inclusiva: Da Teoria à Prática Pedagógica Um Estudo de caso etnográfico sobre o processo de escolarização de alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais (Deficiência Mental) em uma Escola Pública no Município de Duque de Caxias.Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.